



Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1983

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Werner Wanderer, secretariado pelo Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte. (42); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Airtton Cordeiro, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Irandi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco e Wilson Fortes. (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, no sentido de que seja efetuado o pagamento integral, por aquele órgão previdenciário, das despesas de assistência médico-hospitalar, efetuados pelos inativos e seus dependentes.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Geralmente na inatividade é que o servidor público mais necessita do atendimento médico-hospitalar, dispendendo quantias que irão superar seu orçamento familiar.

O IPE, como é de conhecimento de todos, paga somente 70% das despesas médico-hospitalar a seus associados, sendo que o restante, ou seja, 30% é complementado pelo servidor, que vive quase que exclusivamente dos proventos de inatividade,

proventos esses que com a alta do custo de vida não conseguem acompanhar a desvalorização da moeda, ocasionando uma defasagem das mais gritantes, em consequência, sérias dificuldades no atendimento das suas necessidades mais prementes.

Nesta ocasião é que o Poder Público deve vir em socorro daqueles que prestaram seus serviços e colaboraram para seu desenvolvimento.

Estes são os motivos que nos levaram a fazer o presente apelo, que temos certeza, receberá a acolhida do Chefe do Poder Executivo, sempre tão preocupado em atender as justas reivindicações dos servidores públicos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado via telex, apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda e Planejamento, para a concretização dos anseios da cotonicultura paranaense, cujos lavradores estão ameaçados de verdadeiros desastres econômicos pelas ocorrências relatadas: que, o clima que predominou na época do plantio do algodão, e as pragas que atingiram nos algodoeiros, concorreram decisivamente na quebra estimada na produção prevista, num percentual de 40% a 60%; que, as chuvas incessantes caídas nos meses de janeiro, fevereiro e março, destruíram as classificações dos tipos do algodão produzido, cujas qualidades hoje existentes não superam aos tipos 7 a 7 1/2; que, os preços vigentes no mercado atinge aproximadamente Cr\$ 1.950,00 a arroba do algodão que são insuficientes ao dispêndio realizado na cultura; que urge o reajuste geral do preço mínimo que é fixado em Cr\$ 1.950,00 (hum mil novecentos e cinquenta cruzeiros), para Cr\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos cruzeiros) pelo tipo de 6 a 6 1/2, a arroba no mercado do algodão em caroço.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Deputado Federal Maurício Fruet, DD. Presidente do Comitê Nacional para a Autonomia dos Municípios - CONAM — solicitando a renúncia do seu cargo de Presidente.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1983.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Excelentíssimo Sr. Deputado Federal Maurício Fruet, Presidente do Comitê Nacional para a Autonomia dos Municípios — CONAM — percorreu grande parte dos Municípios de Área de Segurança Nacional e de Capitais, apregoando eleições diretas para estas Prefeituras;

Considerando que estes Prefeitos eram chamados de "BIÔNICOS e de PROVETAS";

Considerando que a base da filosofia do CONAM é a devolução da autonomia aos Municípios;

Considerando que seria uma incoerência o Presidente do Comitê Nacional para a Autonomia dos Municípios, assumir o cargo de Prefeito de Curitiba, sem o restabelecimento de eleições diretas para os Municípios e Capitais;

Considerando que está em tramitação no Senado a

"Emenda Benevides", que deverá restabelecer, dentro em breve as eleições nas Capitais;

Considerando que vários outros Governadores empossados no último dia 15 de março, estão no aguardo de uma decisão do Senado, deixando neste período, na chefia do Executivo, o Presidente da Câmara Municipal;

Nada mais justo do que o Parlamentar, para demonstrar uma conduta coerente, renuncie a Presidência desta entidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão Especial para apreciar a indicação do Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, nos termos da Resolução nº 2/66, REQUER seja marcada Sessão Especial, para apreciação da matéria, às 10:00 horas da próxima 5.^a feira, dia 24.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor Superintendente da EMOPAR, solicitando medidas urgentes no sentido de ser reformada a Escola de 1.^o Grau João Teotônio Neto, no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência a Senhora Secretária da Educação, apelando no sentido de que seja implantado o ensino de 2.^o Grau, nos Distritos de Rancho Alegre e IV Centenário, no Município de Goioerê.

Solicitamos tal providência, no sentido de que os jovens daqueles dois distritos, não mais necessitem deslocar-se até a sede do Município de Goioerê, para poder dar continuidade aos seus estudos.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Deputado Deni Schwartz, Secretário dos Transportes, apelando no sentido de que seja autorizado ADITIVO contratual para serviços de terraplanagem e obra de arte, na estrada alimentadora que liga os Distritos de Rancho Alegre, Município de Goioerê ao Distrito de Primavera, Município de Juranda, com extensão de 6km, obra sendo construída com recursos do BNDE.

Tal Aditivo se faz necessário para que a referida estrada, possa dar fluxo normal aos veículos entre os dois tão importantes distritos.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes,

apelando no sentido que seja determinada a construção de uma cancha de esportes, na Escola João Teotônio Neto, Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, apelando no sentido de que na proposta da nova Lei Organização de Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, seja mantido o Distrito Judiciário de Vera Guarani, na Comarca de Mallet.

Tal apelo se faz em razão do crescente aumento dos serviços prestados pelo cartório ali existente, atendendo a distribuição da justiça com maiores facilidades, face à sua localização distante da sede da comarca.

A extinção de tal distrito, ocasionará sérios transtornos à sua população e em nada irá auxiliar a Justiça de nosso Estado, tão carente de melhores condições na prestação dos seus relevantes serviços.

Conforme fotocópia dos expedientes que anexamos ao presente, fácil é notar a necessidade da permanência do atual Distrito Judiciário de Vera Guarani, o que temos certeza, será a decisão dos ilustres membros da Comissão que estuda a matéria nesse egrégio Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1983

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A penúria econômica que atinge os municípios paranaenses e que tanto tem sido criticada por aqueles que combatem a errônea política tributária brasileira, também nos traz hoje a esta tribuna.

Reconhecemos que a falência das administrações municipais não é apanágio das cidades paranaenses. Constitui uma regra onde não há exceção. Todavia, em nosso Estado, a situação atinge contornos mais sérios. Frutos de gestões marcadas pela inobservância a princípios básicos da moralidade na administração pública do bem público.

Não nos poderíamos furtar a este tema que merece maior atenção desta Casa para que, num futuro não muito distante, não tenhamos que amargar situações mais dramáticas.

Situações como as que se avizinham os funcionários da Prefeitura de Iretama que estão a completar quatro meses sem receber os seus vencimentos do Serviço Rodoviário Municipal.

Situações como as que estão vivendo os integrantes do Magistério municipal de Iretama, cuja folha de pagamento, num montante de dois milhões e duzentos mil cruzeiros mensais não vem sendo paga desde dezembro do ano passado.

O quadro das finanças da Prefeitura Municipal de Iretama adquire matizes mais negras quando se sabe que os recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios e de outras fontes tributárias não são suficientes para a cobertura dos encargos mensais. Neste balanço de pagamentos, o endividamento sempre crescente, agravando cada vez mais a situação do erário municipal.

A esta situação junte-se outro ingrediente fruto da malfadada administração anterior, que além de exaurir os recursos

existentes à sua época, acabou por comprometer verbas futuras.

Hoje, o Prefeito Humberto Gomes Martins, de Iretama, busca auxílio financeiro para escapar da insolvência que a ameaça.

Tenho certeza, Srs. Deputados, que a situação de Iretama não se trata de fato isolado. Como ela, outras Prefeituras deverão apresentar suas contas deficitárias, numa sequência que só encontrará fim com a implantação de uma nova política tributária.

Uma política tributária que não veja os municípios brasileiros apenas como fonte geradora de recursos e que na hora da distribuição de verbas são contempladas com reduzidas fatias do grande bolo da receita.

Até a realização dessa grande aspiração dos administradores municipais, estaremos vendo, numa interminável sequência, a penúria econômica das finanças municipais".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senhoras Deputadas aqui presentes. (Lê):

"Ouvindo atentamente o pronunciamento feito pelo nobre Deputado Tércio Albuquerque, na data de ontem, desta tribuna, achei por bem fazer daqui alguns reparos relacionados à sua fala sobre a PARANATUR. É louvável sua preocupação para com o turismo em Foz do Iguaçu, por ser esta a maior fonte de arrecadação, e quase que a única do município.

Ainda mais nos momentos atuais, em todos os hotéis de nossa cidade registraram uma queda da arrecadação em relação ao ano passado - de 50% em janeiro, e 70% em fevereiro, e que isso vem forçando a demissão em massa, de funcionários que trabalham no setor turístico, agravando ainda mais a situação social, já bastante castigada pela desativação de Itaipu.

Muito bem falou o nobre Deputado, quando reconheceu não ser seu direito intervir em problemas internos de nosso partido, isto quer me parecer a entrada do inimigo em seara alheia, e problemas do PMDB, Vossas Excelências fiquem tranquilos, que saberemos resolvê-los.

Põe, também o nobre colega de região, a "carroça na frente dos bois", quando supõe decisões ainda não tomadas. Os nomes que ocuparão os cargos de diretoria da PARANATUR ainda não foram anunciados oficialmente, e reafirmamos aqui nossa confiança na administração que ora se inicia, do Governador JOSÉ RICHIA, e a esperança de termos nossas reivindicações atendidas.

Foz do Iguaçu é realmente o quarto parque hoteleiro do Brasil, com mais de 12.000 leitos; é o segundo maior polo turístico nacional, e o primeiro do Paraná; é o sexto colégio eleitoral do Paraná, possui 140.000 habitantes.

É sobretudo uma cidade com terríveis problemas e males. É o problema social, herdado pela megalomânica obra da usina de Itaipu, que atraiu trabalhadores e marginais de todas as partes do mundo, e que neste momento demite mais de 10.000 funcionários, pais de famílias, que não mais encontram no local, mercado de trabalho, mas que continuam no local.

É o problema da péssima e corrupta administração municipal, chefiada por um Prefeito interventor, sem o consentimento do povo, pelo contrário, repudiada por todos, que abandonou 80% da nossa população, que vivem nas periferias da cidade.

É a falência dos pequenos e médios comerciantes, e o fracasso no setor turístico, devido em grande parte, à falta de homens, do nosso partido, capazes e honestos na gerência de tais negócios.

É a triste herança de crônicos problemas, que estamos recebendo, após 20 anos de autoritarismo, desmandos, corrupções e incompetências, do regime ditatorial, defendido com

unhas e dentes por Vossas Excelências, antes ARENA, hoje PDS, e que nós faremos tudo para superá-los, e devolver ao povo de Foz do Iguaçu, do Paraná e do Brasil o que lhes pertence. Que é o de viver com dignidade e liberdade."

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O primeiro ato concreto do Governador José Richa foi acompanhar os oito Embaixadores árabes que, no Paraná, permaneceram por 03 (três) dias, nas cidades de Cascavel e Maringá, no primeiro dia de seu governo, no dia 16 último.

Como representante do povo de Cascavel aqui nesta Assembléia, queremos agradecer ao Governador, mais do que a visita, o reconhecimento público da importância econômica do oeste representado pela pujança de Cascavel, centro inquestionável daquela região.

Aproveitamos também para elogiar a forma com que foi organizada a recepção aos embaixadores pela Prefeitura de Cascavel.

O Prefeito Fidelcino Tolentino convocou as entidades de classe e formou uma Comissão integrada por representantes destas e chefiadas pelo Vice-Prefeito Adelino Marcon e pelo advogado José Alberto Dietrich.

Pode esta Comissão lograr total êxito em seus objetivos que eram os de mostrar a realidade e as potencialidades da região no curto espaço de tempo que ficariam os Embaixadores na cidade e com isto despertar junto aos chefes das embaixadas daqueles países, altamente superavitários com relação ao Brasil em termos de comércio, as possibilidades de compra de produtos nossos e as vantagens de investimentos na área em função do que, produzindo o oeste, poderia ser industrializado, mais especificamente investimentos direcionados para a indústria de transformação de produtos agropecuários - indústria de alimentos.

Através de rápida visita à cidade e de palestra excelentemente bem elaborada levada a efeito no auditório da COOPAVEL, puderam os Srs. Embaixadores ter uma visão global do que é e o que representa o oeste do Paraná em termos de Paraná e Brasil. Ficou também evidenciado nessa palestra as amplas possibilidades e vantagens de intercâmbio comercial entre o Brasil e os vizinhos países - Argentina e Paraguai, para empresas sediadas em nossa região, via Foz do Iguaçu, intercâmbio já existente mas que pode e deve ser incrementado.

Saiu de Cascavel satisfeito o Governador José Richa e saíram impressionados os Embaixadores principalmente pelo fato de que tudo aquilo era mata há bem pouco tempo, de que toda aquela realidade foi construída pelo homem nos últimos trinta anos. Estão, portanto, Sr. Presidente, abertas as portas para as negociações.

Não devemos pois, perder a oportunidade e nesse sentido propomos e conclamamos.

Conclamamos as classes produtoras e empresariais a que voltem a se reunir e propomos ao Sr. Prefeito de Cascavel que lidere um movimento em todo o oeste a fim de que aquela importante visita não se perca no tempo e não fique somente na satisfação de ter sido nossa região prestigiada.

Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de empresas que desde já teriam possibilidade de elaborar propostas concretas de associações para investimentos conjuntos no setor industrial.

O poder público, juntando-se às forças vivas do oeste, temos certeza, poderão iniciar entendimentos importantes que transformarão a simples visita de Embaixadores em resultados palpáveis que beneficiarão aquele povo que, enfrentando no

passado, toda a sorte de dificuldades, não se deixou desanimar e transformou aquela região na mais rica do Paraná, chegando hoje a alcançar em alguns casos, índices de produtividade agrícola inigualáveis em todo o mundo.”

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Deputada.

A idolatria dos homens públicos tem sido uma marcante no Brasil e no Estado do Paraná, desde que Getúlio Vargas chegou, primeiro à Presidência da República e, depois, ao comando de um regime ditatorial.

A idolatria tem sido manifestada em nosso País das mais diversas formas, mas, uma delas, a mais ridícula e a mais deprimente, era a presença de fotografia dos dirigentes públicos em todos os órgãos administrativos da Nação, do Estado e dos municípios.

Era comum, Srs. Deputados, ao final de cada Governo, assistir-se àquela solenidade, algumas vezes feita abertamente, outras escondidas, em que se retirava uma fotografia e colocava-se outra, como se a presença de um papel, às vezes, colorido, alterasse os rumos administrativos de um município, do Estado e da Nação.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para elogiar o Governador José Richa que, numa de suas primeiras decisões, determinou que não mais existirão as fotografias oficiais do Governador e dos Secretários em nossas repartições oficiais, estaduais.

É saudável a medida, porque é preciso que se entenda que Richa chega ao Governo do Estado do Paraná, não como um homem só, mas representando um ponto de vista e uma corrente filosófica que está abrigada dentro do PMDB.

Lembro-me, nesta oportunidade, para justificar a atitude de Richa, de um episódio narrado pelo extraordinário jornalista Sérgio Porto, que assinava a coluna em jornais nacionais, com o pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta.

Narrava ele, a triste sina de uma cidade do interior que possuía uma praça só. A cada Presidente da República, mudava-se o nome da praça. Ela foi Getúlio Vargas, posteriormente denominada com os nomes dos demais Presidentes da República. A cada quadriênio mudava-se o nome da praça, até que Stanislaw Ponte Preta, na sua sabedoria, indicava como deveriam agir os homens daquela cidade. Ao invés de darem nome à Praça do Presidente da República, em exercício, deveriam logo denominá-la de “Praça Presidente atual”. Exatamente isso é o que se evita agora no Estado do Paraná. Chega de idolatria, mas é preciso que se saiba, na chefia do Governo do Estado do Paraná, está o homem que representa o pensamento político do PMDB que se saiu vitorioso nas urnas e conseqüentemente não é um homem só que está no Governo, mas é o povo do Estado do Paraná. Saúde esta medida de Richa, como também saúde a outra, determinando que nas placas de obras estaduais não mais conste o nome do Administrador, do Governador e dos Secretários.

Há uma história no Paraná de que algumas obras, gastou-se muito mais em placas e publicidade em jornais, do que na própria obra. Parece, Sr. Presidente, que chegamos a um novo tempo e um tempo novo, o tempo em que o povo será ouvido e, tenho certeza, que o povo administrará através de Richa e do PMDB.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. RUBENS BUENO — Esta Liderança indica o Sr. Depu-

tado Roberto Requião, que usará dos primeiros 15 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para o conhecimento desta Assembléia e registro diante da Nação, estou me incumbindo em nome das organizações de trabalhadores da Comissão Nacional pró-Central Única de Trabalhadores, de ler, nesta Casa, o manifesto à Nação. (Lê): “MANIFESTO DOS TRABALHADORES À NAÇÃO

No dia 1.º de outubro de 1981, os trabalhadores brasileiros, realizaram manifestações em todos os Estados e, através da Comissão Nacional PRO-CUT, encaminharam ao Sr. Presidente da República um documento contendo as principais deliberações da histórica Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT. Apesar de resumir legítimas aspirações democraticamente debatidas por mais de cinco mil delegados, representando 1.126 entidades profissionais de todo o País, o documento não obteve resposta. Nada foi feito para evitar o desemprego e a carestia da vida. Os privilégios da minoria permaneceram intocados, enquanto aumentou, terrivelmente, o sofrimento da imensa maioria da população.

Hoje, ao realizarmos o dia nacional da luta contra o arrocho, não nos dirigimos unicamente ao Presidente da República. Falamos à Nação. Falamos ao cidadão comum, à dona de casa, ao trabalhador da cidade e do campo. Falamos especialmente aos novos Vereadores, Deputados Estaduais, Prefeitos, Governadores e aos membros do Congresso Nacional. E a franqueza será a marca da nossa fala.

Não há como negar: a vida do povo está difícil. Muito difícil. A inflação já ultrapassa novamente os cem por cento. Um número incalculável de trabalhadores está desempregado ou subempregado. E todo o dia, milhares de outros trabalhadores são despejados na rua. A fome espalha-se agora pelas periferias dos centros urbanos, em proporções nunca vistas.

Aumenta a pobreza geral.

À frente da crise provocada pelo Governo e pelos patrões, vemos um regime desmoralizado pela corrupção. Um novo e verdadeiro mar de lama apodrece na superfície. A imprensa, ao denunciar os escândalos da caderneta Delfin, da CAPEMI e as misteriosas circunstâncias da morte do jornalista Alexandre Von Baurgarten, com o envolvimento do SNI, revela cruamente que o dinheiro público tem sido utilizado em proveito de interesses bem particulares. Doa a quem doer, a verdade é que o povo não confia no Governo.

Mais grave ainda, é a submissão da nossa economia às diretrizes estabelecidas pelo capital financeiro internacional. Atolado numa monumental dívida externa, gerada por anos seguidos de uma política irresponsável e antipopular, o Governo, para vergonha nacional, rendeu-se ao FMI e às multinacionais. Nosso destino está sendo decidido fora do Brasil, com a cumplicidade do Governo e dos patrões.

Não bastasse tudo isso, o Presidente da República dá uma suprema demonstração de autoritarismo, ao baixar, sem qualquer discussão, um Decreto Lei (2012) que reduz consideravelmente os índices de reajustamentos salariais. Desprezando a Nação, também provocou a maxidesvalorização do cruzeiro, empobrecendo, mais ainda, da noite para o dia o País. Para completar o descalabro, o Ministro Delfim Neto, quer mais uma vez manipular a estatística, como demonstra o recente episódio da tentativa de abaixar o INPC, procurando, assim, descarregar sobre os assalariados o retumbante fracasso do modelo imposto.

É hora de dar um “Basta”.

O Presidente da República propõe uma trégua ao Congresso Nacional. A trégua que a Nação deseja é a imediata retirada do decreto-lei do arrocho salarial. É o fim da submissão ao FMI e da atual política econômica. É a instituição do salário desemprego pago pelo Governo e pelos patrões. É a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. É a revogação do

decreto-lei que prejudicou os segurados da Previdência. É o atendimento das reivindicações dos funcionários públicos. É o fim da inflação e da Lei de Segurança Nacional. É a implantação de uma reforma agrária ampla, massiva e imediata. É uma política agrícola de apoio ao pequeno agricultor e aos produtos de consumo interno. A trégua do trabalhador é o emprego, o salário e a possibilidade concreta de viver com dignidade num regime democrático.

Por isso, os trabalhadores são a favor de eleições livres e diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República.

Chega de sacrifícios.

É insuportável a situação. Não há mais como ignorar os reclamos do povo. A Nação está à espera de decisões urgentes, capazes de debelar a crise. E aguarda com ansiosa expectativa a ação dos novos Parlamentares, Governadores e Prefeitos eleitos no pleito de novembro. O eleitorado não esqueceu os compromissos assumidos pelos candidatos durante a campanha eleitoral. E certamente saberá cobrá-los no momento certo.

A perspectiva de continuar tudo como está, é a certeza da intensificação da luta. Não haverá outra saída senão a deflagração de uma greve geral em todo o País.

Hoje, no dia nacional de luta contra o arrocho, os trabalhadores brasileiros assumem publicamente o compromisso da resistência. De norte à sul, do litoral nordestino ao interior amazônico, estaremos unidos firmemente na luta contra o arrocho salarial, a recessão, o desemprego e o arbítrio e na construção da Central Única dos Trabalhadores, na cidade e no campo."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A questão do dia nacional contra o arrocho e da luta do conjunto da Nação contra o autoritarismo, a verdadeira proposta da trégua, que é a trégua que merece os trabalhadores oprimidos durante todos estes anos, está posta para esta Assembléia e os partidos que a compõe.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela ordem) — Usará da palavra nos próximos 10 minutos o Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Antes do orador ocupar a tribuna, gostaria de dizer que esta Presidência tem a grata satisfação em registrar a presença do Sr. Prefeito de Guaratuba, Sr. Acir Braga.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Faz hoje 175 dias que o jornalista Juvêncio Mazzarollo, do jornal "Nosso Tempo" de Foz do Iguaçu está preso. Foi condenado pela Lei de Segurança Nacional, colocado em condições carcerárias que não correspondem à sua classificação como preso político, e nesta odiosa lei enquadrado por delito de opinião.

Corre celeremente outro processo pela Lei de Imprensa, no qual o Ministério do Trabalho o acusa de exercer ilegalmente a profissão de jornalista no jornal do qual é sócio-proprietário.

Estes dois fatos vêm formando uma opinião pública grandemente favorável a Mazzarollo, formam-se comitês de solidariedade em todo o Estado, formam-se movimentos em seu favor, em todo o País e a Anistia Internacional aguarda apenas mais informações para adotá-lo. Somente a organização e a mobilização da sociedade civil, dos movimentos democráticos e populares em seu favor nos dão condições para respaldar nossa ação de repúdio à Lei de Segurança Nacional.

Como se sabe, Juvêncio Mazzarollo foi condenado com base em artigos que escreveu no jornal "Nosso Tempo". No seu semanário denunciou a corrupção na área de Segurança Nacional, a violência contra os expropriados de Itaipu e contra os operários da obra, a fome, a miséria, e os descabros administrativos existentes na região de Foz do Iguaçu e fronteira.

Escreveu também denunciando pressões arbitrarias das autoridades militares da região, que o convidaram para reunião comunitária no quartel, a pretexto de ameaçá-lo.

Por isto, foi condenado em dois processos pela Lei de Segurança Nacional, acusado de injuriar contra autoridades constituídas e indispor o povo contra elas. Ao recorrer de uma das penas, o STM não temeu em agravá-las. E hoje Mazzarollo, ao invés de cumprir pena de um ano de prisão, terá que apodrecer nos cárceres paranaenses, sob a vigilância da Polícia Militar.

Isto não podemos permitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao ser atingido pela Lei de Segurança Nacional, Juvêncio Mazzarollo se transformou em mais uma vítima da espada do arbítrio e da violência que recai sobre toda a Nação brasileira. Pois, ao opinar e denunciar, Mazzarollo exercia o direito inalienável de informar e manter a sociedade informada sobre fatos verídicos, independentemente das pressões que sofria em sua terra, em nossa terra.

Ao ser condenado pela LSN, transformou-se em mais um motivo para que nós, democratas do PMDB, nos levantássemos para elevarmos bem alto a bandeira das liberdades políticas, pressupostos básicos da democracia que desejamos, mas que ainda parece distante como podemos observar.

Vejamos, senhores, como age o regime militar. No curso da discussão sobre a trégua pretendida pelo Governo Figueiredo, que deseja ânimos menos quentes por parte do povo brasileiro, atos e mais atos demonstram que a trégua é unilateral.

Hoje mesmo, recebemos da defesa do editor preso toda uma documentação assinada pelo procurador militar do Ministério Público da União, na qual ameaça o preso de perder todas as regalias que conquistou por força do direito e da luta. Digo do direito porque condições prisionais especiais não são dádivas, mas estão nas leis deste País, fruto das exigências da sociedade. E digo que fruto da luta, porque não fosse o esforço da sociedade organizada a exigir sua transferência da Penitenciária Central do Estado, palco de furiosas rebeliões, estaria ainda o editor lá, e não no Ahu, como se encontra.

Mas, para demonstrar-se forte, o regime que se fragmenta diante dos escândalos da CAPEMI, Delfim, Baugarten, F.M.I., Carajás, Angra dos Reis e outros, lança mão de outro instrumento, a Lei de Imprensa.

Tal como a Lei de Segurança Nacional, como o Estatuto dos Estrangeiros, como a Lei de Remessa de Lucros das Multinacionais às suas matrizes, esta dita Lei de Imprensa também é um instrumento imposto àqueles que têm o dever de informar. E, com base nela, busca o Ministério Público enquadrar o jornalista, e obrigá-lo a provar sua condição profissional.

Ora, senhores, tão inconsistente é tal processo, que bastaria buscar nesta própria Lei a resposta para a defesa deste combativo editor. Não há, na sua cidade, escola de jornalista; em momento algum o "Nosso Tempo" negou emprego a quem quer que fosse; e mais: nunca se declarou jornalista o condenado Juvêncio Mazzarollo.

Mas, desconhecendo tudo isto, sem se importar com a realidade, o procurador Péricles Aurélio Lima de Queiróz acusa Mazzarollo por mau comportamento, e ameaça tirar-lhe todas as chamadas "liberdades" que possui hoje. A de escrever, a de receber correspondência, de receber visitas. E mais: que prove ser jornalista, o que é impossível se nos espelharmos nas exigências da Lei de Imprensa.

Estes fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, formam um quadro no mínimo assustador, pois é o quadro do arbítrio mais profundo, mais odioso.

Sem dúvida o preso Mazzarollo não é um preso comum. É um preso que não matou, não roubou, não violou mulheres ou crianças. Como disse maravilhosamente bem o grande Teotônio Vilella, Mazzarollo é "um refém do regime militar", preso

"não por ter roubado as galinhas, mas por ter dado os nomes dos ladrões das galinhas".

A condenação de Mazzarollo e a iminência de sua condenação pela Lei de Segurança Nacional configuraram a instrumentalização da doutrina da segurança nacional, inspirada nos regimes autoritários. Uma lei que ao invés de proteger os interesses nacionais, encontrou as alternativas para que o capital financeiro internacional espoliasse nosso povo, levasse nossas riquezas. Estamos, hoje, à beira do abismo. E abismo para nós significa estarmos na iminência de sermos transformados de novo numa colônia. Só que numa colônia sem reis, como no passado. Mas com mandatários comprometidos com o capital estrangeiro, assalariados em dólares.

O movimento pela libertação de nosso povo, felizmente e inevitavelmente, cresce em todos os cantos deste País, Srs. Deputados. E vemos, a todo momento, exemplos de que a caminhada destes mandatários não irá muito longe. Mesmo porque agem de forma a transformar todo o povo brasileiro em vítima da violência: há padres presos; há posseiros presos; há sindicalistas processados; há jornalistas e parlamentares; há pessoas presas por se reunirem para discutir os problemas nacionais.

Assim, Senhores, avançar contra a condenação de Mazzarollo por toda e qualquer lei arbitrária, significa concretizar a vontade programática do nosso partido de derrubar tais instrumentos.

Esperando-nos nos movimentos já organizados neste sentido e que crescem em todo o País, participando deles, estaremos contribuindo para cumprir o programa do nosso partido.

Estamos conscientes hoje que a conquista de um País, de povo feliz, só ocorrerá quando as liberdades políticas forem restabelecidas. E isto depende de todos nós, afim de construirmos o que possa se chamar, de fato, de Nação brasileira."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Antes de conceder os restantes cinco minutos, esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença do Prefeito de Guaraniaçu, Blamir Debertoli, e também do Prefeito de Três Barras, Hélio Laurindo.

Está com a palavra o Sr. Deputado Hermas Brandão, nos cinco minutos restantes da Liderança do PMDB.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Sr. Presidente, nobres Deputados. (Lê):

"Como grande parte dos brasileiros, sou agropecuarista. E como todos padeço de um otimismo quase incorrigível, nascido da convivência com a terra e do conhecimento inabalável de que o trabalho sempre frutifica. Mas, como os Senhores, estou cada vez mais, alarmado com os rumos que toma a nossa agricultura.

Estamos caminhando diretamente para a falência da agropecuária, atividade que queiram ou não os tecnocratas que assolam este País, fez o Brasil grande e respeitado.

Aqui no Paraná velhos agricultores, que participaram do ciclo do café, e invoco seu testemunho: enquanto o café teve valor, enquanto a cafeicultura foi uma atividade lucrativa, o Paraná e o Brasil cresceram sem sobressaltos e sem incertezas. O Governo conseguiu acabar com o café.

Surgiram exércitos de bóias-frias, palmilhando as estradas da desesperança e carregando para as cidades inchadas de miséria, o cortejo de seus dramas de gente sem rumo e sem destino.

Temos hoje cerca de 700.000 desempregados rurais, somente no Paraná. No Brasil, esse número anda por volta de 40 milhões de pessoas. Essa gente está pressionando, cada vez mais, o restante da estrutura produtiva, pois alguém tem que pagar a comida que elas precisam comer, sem produzir. As roupas que vestem, os remédios que tomam, e o ensino de que seus filhos precisam, tem que sair de algum lugar. O restante do povo tem que pagar.

O Governo, num isolamento olímpico dos gabinetes de Brasília, governa por decreto, governa por intuição seguindo os

humores imprevisíveis de um punhado de tecnocratas, que jamais descem à planície para ver como o povo, que faz o Brasil, vive em função dos desmandos administrativos desse grupo.

Enquanto gente morre de fome nas esquinas de um Brasil potencialmente rico, mas pobre por decreto, o Sr. Ministro do Planejamento gasta trinta e cinco milhões de cruzeiros num banquete para os banqueiros norte americanos que garroteiam a economia do Brasil.

Enquanto cobra 83% de juros ao ano do lavrador que compra um trator ou uma colhedeira, o Governo isenta de taxas o envio dos lucros das multinacionais que operam no Brasil.

Enquanto, conspira uma máxidesvalorização que inexplicavelmente acaba beneficiando os que não acreditavam no Governo ao afirmar que não viria máxidesvalorização alguma.

E que por não acreditar na palavra do Governo, compravam dólares. Nosso Governo alega que a medida tem por finalidade aumentar a competitividade de nosso produto no exterior, mas, aqui dentro, decreta uma taxa de confisco sobre a produção da soja, neutralizando os eventuais benefícios da desvalorização, ao produtor.

Com juros de 83% ao ano, com o preço do combustível disparando para alturas nunca vistas, com a modificação dos critérios de tributação da renda e com as incertezas de uma política agrária completamente desligada da nossa realidade. A agricultura já está num dos piores impasses de todos os tempos. Hoje mesmo estão caindo as produções de soja, algodão, e, já temos previsão da queda da produção de trigo. Essa é a dura resposta de uma classe penalizada pelo desgoverno e, o indício certo de que precisamos nos unir para mudar os rumos da política agrícola no Brasil, sob pena de ficarmos sem alimentos, até para consumo próprio.

Srs. Deputados, precisamos abrir um "forum" de debate reunindo os produtores e o Governo, para que a agricultura seja tratada com o respeito que merece, precisamos estimular o único setor da economia nacional que não precisa de incentivos extraordinários: precisa apenas de preços justos, tratamento honesto e uma política confiável, sem rasteiras por decreto.

Temos tudo: terras, empresários, mão-de-obra e até recursos próprios, e, temos um mercado potencial de cento e quarenta milhões de brasileiros para consumir nossa produção, sem as aventuras desastrosas no mercado internacional, que representa apenas 8% do consumo de toda a nossa produção bruta.

Voltar para a agricultura, dar força para que o empresário rural seja o empregador dos quarenta milhões de bóias-frias do Brasil, é a grande meta, é o programa de trabalho que precisamos desenvolver com o apoio deste extraordinário administrador que é JOSÉ RICHÁ. Juntos, povo e Governo, podemos aumentar em 30% o mercado interno do Brasil, e, podemos mudar nossa linha de exportação, trocando comida por petróleo, por computadores, por reatores nucleares e por tudo aquilo que necessitarmos realmente importar.

Mas, o primeiro passo é a devolução do respeito e da honestidade ao trato com a agropecuária, hoje a única saída para o impasse econômico e social do Brasil".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — O Sr. Deputado Augusto Carneiro fará uso dos primeiros 20 minutos, e o Sr. Edgar Pimentel, usará os outros 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Antes de mais nada, quero dizer, como democrata que sou, que aceito a decisão soberana das urnas que me colocou numa situação de Oposição, e hoje, pela primeira vez, ocupo esta tribuna como Deputado da Oposição.

Tantas vezes já a ocupei, como Deputado do Governo e nesta condição, procurei, sempre, ter uma conduta séria e responsável dentro das limitações que me são peculiares.

Desta tribuna e nas funções que já ocupei, como membro de várias comissões, vice-líder, presidente da CCJ e 1.^o Secretário, tudo fiz para que esta augusta Casa fosse valorizada e respeitada, pois assim agindo, estava valorizando a própria classe política.

Com palavras prudentes e moderadas, porém firmes e decididas, criticando medidas governamentais, quando as mesmas me pareciam contrárias aos interesses comunitários e reivindicando dos Governos em todos os níveis, obras e benefícios para a região que represento e para a gente do Paraná.

Procurando sempre usar a força do Governo, não para servir-se, mas para a promoção do bem comunitário.

Procurando, com muita consciência, compreender e respeitar o direito e a função das bancadas minoritárias nesta Casa, quando as mesmas usavam dos meios legítimos e regimentais para ampararem suas pretensões, sabendo-se que cabe às bancadas de oposição pedir esclarecimentos, informações e cobrança de serviços, sempre com palavras respeitadas, com fatos reais e com responsabilidade.

Buscando sempre associar a conveniência política com a competência, pois assim estava procurando fazer justiça. Ao solicitar a designação de alguém para ocupar um cargo político, nunca exigei identidade partidária. Fazia-se sempre pela competência e honestidade, não sendo esta atitude, privilégio apenas dos boletins espalhados nesta Casa, pelo Líder do PMDB, como se antes esta lei natural não fosse cumprida.

Ao solicitar a designação de Diretores de escolas, o fazia, principalmente em Campo Mourão, através da eleição pelo corpo docente, sendo designado sempre o mais votado, tudo isto, por vontade e escolha própria, não por exigência legal.

Ao solicitar a designação de alguém para qualquer cargo, nunca exigi origem familiar, pois no meu entendimento a origem familiar não é mérito e nem defeito, pois os homens valem pelo que fazem e pelo que são, e assim procedendo, sem ódios, sem revanchismos e sem perseguições tive o cuidado de não ser tomado pela sede do Poder, pois a história conta e comprova que quando esse apetite é exagerado leva sempre os seus detentores às mais escabrosas injustiças. Sozinho, nunca exerci o mando que nos foi legado por critérios estabelecidos nos Governos passados, sempre ouvi a quem de direito, para se tomar uma atitude, cuidando sempre para que ela não fosse arbitrária.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Durante longo tempo nós fomos a vidraça, quando nos atiravam a mancheias culpas que não eram nossas.

Porém agora, seremos o estilingue, não do gurí travesso e irresponsável que atira a pelota simplesmente pelo prazer de quebrar. Seremos, sim, o atirador tempestivo e certo, sem ferir ou danificar uma vidraça ainda inacabada, mas, apenas, a cada pelotada, um alerta, de que o povo espera que tudo seja cumprido.

Agora na oposição procurarei desempenhar a minha conduta parlamentar na forma como sempre entendi, que deveria ser o comportamento da oposição: comportamento este, que deverá, como deve ser: sério, prudente, realista e responsável, e ao mesmo tempo decidido, firme e corajoso, denunciando injustiças, fiscalizando abusos, cobrando serviços e principalmente, cobrando que se cumpra as promessas feitas ao povo, para ganhar a sua confiança: pois os que não cumprem suas promessas são falsos, desleais e levianos e esperamos que isto não aconteça com o Governo que ora se instala.

Porém, se as promessas ficarem somente nas palavras, como façanha eleitoreira, seremos fiscal vigilante e atento, na cobrança do que temos direito e é de nosso dever.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apesar de ser muito cedo para uma análise político-administrativa, mais real, devido a curto espaço de gestão, confesso a todos que estou com grande expectativa e bastante apreensivo na conduta do Governo recém-instalado, do PMDB, pois no seu início já houveram falhas clamorosas, para quem sempre apregoeou um Governo firme, soberano e atuante.

O primeiro erro ocorreu nesta Casa, quando Sua Excelência o Presidente, cuja indicação foi referendada por todos a bancada do PDS, usando da palavra na condição de presidente deste Poder, fez um discurso político partidário, que veio contrariar a soberania do cargo e a praxe há tantos anos mantida nesta Casa, sendo que este fato ao ser reiterado, a bancada do meu Partido já manifestou-se oficialmente a respeito.

Tivemos também a palavra de Sua Excelência o Governador, desde a campanha política, até bem pouco depois de eleito, que o grande problema do Paraná, seria o desemprego e que o seu Governo tudo faria para solucionar tal situação, que atinge, inclusive, os países mais desenvolvidos.

Porém, contrariando sua afirmação, divulgou nos órgãos de imprensa que dispensaria mais de 15.000 celetistas, contratados pelo seu antecessor. Número este que posteriormente tivemos ciência de que tais contratos superava um pouco mais a casa de 4.000. Pais e mães de famílias, todos contratados para atuarem no campo social, tão duramente criticado por sua Excelência, quando aspirante ao cargo de Governador.

E agora? Se o atual Governador dispensar esse pessoal, estará traindo sua palavra, proferida durante a campanha, e acima de tudo, fazendo uma grande injustiça. Se, não o fizer, estará provando ao Paraná que foi precipitado ao falar, provando também desconhecimento de causa e falta de firmeza nas suas decisões; portanto, no meu entendimento, qualquer que seja o seu procedimento, fica evidenciado a fraqueza do Governo e o perigo de fracasso em decisões mais importantes.

E o que mais me preocupa, é a falta constante dos homens do Governo, inclusive de Sua Excelência o Governador, de que o Paraná é um Estado falido e, pelo que dizem, irrecuperável, quando temos ciência de que nosso Estado, felizmente, é um dos componentes da Federação que ainda se encontra em boa situação econômica, comparativamente com os outros, e porque não dizer, com a própria Nação e o mundo.

Será que não sabem os homens do atual Governo que fazendo esta afirmação estão fazendo propaganda derrotista de seu Estado? Desmoralizando e comprometendo o futuro do Paraná com estas inverdades? Aliás, sobre este assunto, já tivemos o alerta do correligionário, Deputado Erondy Silvério, na semana passada, nesta tribuna.

O que precisa, no meu entendimento, é que o PMDB assuma de fato o Governo, quebrando o muro das lamentações deixando de fazer apenas política sobre um passado condenado por todos nós, fazendo apenas literatura, sofismando e criando teorias e aceitar a realidade presente, entender que as críticas constantes e costumeiras ao Governo Federal a nada levam e nada trazem de bom ao Paraná. É necessário traçar diretrizes e planos de governo compatíveis com a realidade do momento, para a tranquilidade e o bem estar do povo paranaense.

Sempre a bancada do PMDB, a título de críticas, dizia que nada tínhamos, como se nada tivéssemos por simples falta de representatividade na esfera federal, ou falta de liderança política autêntica, que falasse com autoridade.

Agora, o PMDB tem tudo para isso: Governador, totalidade de representação no Senado, grande maioria dos Deputados Federais e a maioria absoluta nesta Casa.

Aí está a representatividade requerida pelo partido do Governo.

E, para as decisões em favor do Paraná e de sua gente, terá, com toda certeza, o Sr. Governador, o aplauso e o apoio da Bancada do PDS.

Porém se, estas medidas não vierem, fica também a minha palavra e, creio eu, da minha bancada, na cobrança pronta e eficaz, para que o Paraná não pare e continue na caminhada que lhe está assegurada pelo trabalho de sua gente, pois se isto não acontecer, o próprio povo, que é soberano, saberá julgar o Governo que aí está e que ele próprio escolheu”.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Nobre Deputado Augusto Carneiro, vejo Vossa Excelência nesse momento e nesta tarde memorável, onde o nosso partido, por intermédio de Vossa Excelência está falando a verdade verdadeira.

Queremos nos parabenizar com Deputados da vossa estirpe, para cobrar dos Deputados da oposição da outra legislatura. Para cobrar do ilustre Governador José Richa, o 13o. salário dos funcionários. Para cobrar a abertura política, fora policiamento, fora opressão para os homens, para as mulheres paranasistas e paranaenses que muitas vezes não têm nada com política. Para a falta de sossego de gente que votou na Oposição. Disse Vossa Excelência que foram quatro mil empregos. Quero apenas fazer uma observação. Foram 1.800 empregos de professores concursados.

Haveremos de estar ao seu lado, ao lado da verdade e haveremos apenas de dar uma sugestão ao ilustre Governador, que não quer nem fotografia de seus antecessores, para que ele veja o que Brizola está fazendo no Estado do Rio. 70 por cento de aumento aos funcionários públicos e o 13.º salário, prometidos em campanha política e batalhado pela outra bancada de oposição.

É isto que vamos cobrar. Se não pudemos dar, se nosso Governo não deu, ele que dê o que prometeu ao povo do Paraná. E como disse Vossa Excelência que dê o aumento como fez Brizola, 70 por cento, como “O Estado do Paraná”, conforme o memorial do jornal, ficou com “a burra cheia”. E o Governador José Richa que tenha hombridade de “dar a César o que é de César” e que cumpra com sua palavra.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Agradeço o aparte, e pela ordem concedo um aparte ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, pedindo que seja breve, se possível, porque o tempo que tenho de minha Liderança está se escoando e ainda gostaria de concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Gabriel Sampaio — Serei breve, Deputado Augusto Carneiro.

Em primeiro lugar, para cumprimentá-lo. Vossa Excelência ocupa a tribuna hoje de uma forma muito clara, muito didática, expõe não só a sua posição, mas tenho a impressão da nossa bancada.

Acho que acabou já e hoje inclusive o jornal matutino “O Estado do Paraná” faz uma dedicação especial, em seu editorial, ao Líder da Oposição, com o título “Sossega, Leão”.

Exatamente Vossa Excelência, sob outro aspecto, aborda o mesmo assunto. Os homens da situação estão realmente ainda transgredindo as fronteiras do discurso político eleitoral e agora, no Governo, continuam com a mesma pregação, sem a preocupação maior que é a solução dos problemas do Paraná.

Não vimos nada ainda, estamos esperando ansiosos pelas medidas populares que o novo Governador vai tomar, com relação ao seu Estado. estamos esperando sequiosos de que estas medidas irão resolver os problemas da classe trabalhadora do Paraná e da sociedade paranaense. Por enquanto, só vimos perfu-

maria, porque colocar retratos e estas coisas é perfumaria.

Queremos as medidas das consultas populares que irão resolver, em profundidade, as sérias dificuldades por que passam as classes menos favorecidas do Paraná.

Era só isto. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Quero agradecer ao ilustre Deputado pelo seu aparte que veio enriquecer este modesto pronunciamento.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Eu só queria inicialmente, neste aparte, esclarecer ao Deputado Gabriel Manoel, que a determinação do Governador José Richa, foi no sentido da não colocação do seu auto-retrato nas repartições públicas; como também na não colocação de placas em obras do “Governo José Richa”, como uma medida de economia, na publicidade desnecessária, porque, no conceito do atual Governador, o que vale é a obra e não a publicidade dela.

Mas, no seu pronunciamento, nobre Deputado, a quem eu prezo muito pela postura parlamentar, muitas partes teriam que ser corrigidas, mas eu me detenho naquela colocação constante que se ouve, por uma notícia de jornal, das demissões feitas no Estado do Paraná; nas possíveis demissões a serem feitas no Estado do Paraná.

Já tive oportunidade de dizer o meu pensamento sobre isto, porque eu acho que o Estado falido, todos estão; não é o estuário natural para o trabalho de todos os desempregados; não se está ameaçando pais de famílias, porque o Governo José Richa nunca disse demitir em massa os funcionários. O Governo Richa quando falou, falou em despedir os funcionários desnecessários à máquina do Estado, e contratá-los em véspera eleitoral, para servirem muitas vezes aos interesses eleitorais do pleito de 15 de novembro. E se não são dados concretos, Deputado Augusto Carneiro, agora retornando do sudoeste, a situação do ensino no contrato de CLT naquela região é clamorosa, vê-se o porque da própria falência da educação; num único município existem professores que residem no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso, e estão percebendo pela folha de pagamento do Estado do Paraná.

Acho que colocar os funcionários necessários para o Estado, melhores remunerados, é uma forma de prestigiar o trabalhador e de dar alimento à mesa daqueles que estão trabalhando e que o ordenado não é condizente, porque não poderemos, sob o falso pretexto de que não se pode colocar ninguém para fora, comprometer o próprio Orçamento do Estado, pagando funcionários desnecessários e contratados para fins muitas vezes diferentes daqueles em que foram lotados.

Por isso, eu acho que é necessário, realmente, uma revisão. Não acredito nesta demissão em massa. Mas é necessário uma revisão, para que se possa dar resposta inclusive à semestralidade e ao 13.º salário ao funcionário público, que realmente está trabalhando e contribuindo para o Estado.

Ademais, parece-me ser até muito cedo para se cobrar do Governo que aí está com sete dias, se cobrar aquilo que durante 18 anos o Governo Revolucionário não fez. Parece-me de boa cautela política esperarmos os fatos acontecerem para podermos cobrar, porque senão, estaremos dando pedradas de alerta, pedradas de menino travesso, apenas conjecturando na hipótese futura e não no fato concreto.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Eu respondo o aparte de Vossa Excelência, em primeiro lugar agradecendo o aparte que enalteceu e valorizou o meu pronunciamento, dizendo o seguinte, de que já no início destas colocações eu dizia que era cedo, porém me achava apreensivo e era um pensamento meu. Com referência a discordar de Vossa Excelência . . .

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Nobre Deputado Augusto Carneiro, esta Presidência alerta que os seus 20 minutos já esgotaram, e gostaria de saber da Liderança se lhe concede algum tempo.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Esta Liderança concede três minutos.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Agradeço a Vossa Excelência.

Ainda respondendo o aparte do Deputado Caíto, gostaria de dizer o seguinte: eu não li em jornais esta afirmação de 15 mil funcionários. Ouvi o próprio Governador José Richa falando na televisão.

E este fato eu sei que é cedo, mas estou apreensivo e o Paraná também, porque ninguém é contra tirar funcionários que estão onerando o Estado, sem necessidade de trabalho. Porém, os quatro mil e algumas frações de funcionários que foram contratados, já foi dito aqui pelo meu colega, Deputado Erondy Silvério, que foi na área de segurança e na área de saúde. Pessoal que realmente há necessidade que desempenhem um trabalho exercendo e atuando exatamente no campo social, onde é a maior necessidade, paranaense.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Infelizmente o tempo esgotou, nobre Deputado Rubens Bueno.
Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está esgotado o tempo, e eu concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgar Pimentel, para usar os sete minutos restantes da Bancada do PDS.

Antes porém, a Mesa anuncia, com satisfação, a presença do Sr. Carlos Alberto de Paula, ex-Vereador e suplente de Deputado, de Maringá.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, quero me inscrever para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência defere.
Com a palavra, o Sr. Deputado Edgar Pimentel.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pela primeira vez, ao ocupar esta tribuna, o faço historiando um pouco da participação da vida que tivemos ao longo de mais de 10 anos, consagrados ao desenvolvimento do oeste do Paraná.

Durante o período em que vivemos neste chão paranaense, convivendo diuturnamente com os anseios do povo deste querido Estado, vivemos e compartilhamos com todos os fatos que marcaram o desenvolvimento da pujante região oeste e sudoeste do Estado. E, por último, tive eu a missão de, na gestão de Jaci Miguel Scanagatta, em Cascavel, de ser um dos seus secretários, porquanto cinco anos exerci a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

A administração Jaci Miguel Scanagatta, marcada por grandes obras, foi também sacudida por acontecimentos diversos. Alguns deles, chocando a opinião pública do Estado e da Nação.

E eu quero me referir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a um fato isolado que profundamente marcou a vida deste cidadão, porque servia, na época, à administração do operoso Prefeito de então. Refiro-me àquela conhecida história que vitimou o jornalista Antônio Heleno.

Somos daquelas criaturas que buscamos pautar a nossa vida dentro de uma diretriz que hoje é colocada pela própria

Igreja dentro daquela visão, daquele lema que norteia a Campanha da Fraternidade deste ano — “Fraternidade, sim. Violência, não”.

Fomos por diversas vezes observadores, sim, de acontecimentos que enlutaram a nossa região.

Se o fato em si da perda daquele cidadão entristece a todos os segmentos da sociedade paranaense, um outro fato, correlato, encheu-nos de pesar, a par da morte daquele cidadão. Colocaram como vítima o Sr. Prefeito Municipal de Cascavel, imputando a ele a culpa daquele assassinato, daquele crime, e hoje, ao verificar que dias atrás, mais precisamente o dia 17 do mês vigente, a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do nosso Estado, o considerou inocente, como de fato é inocente o cidadão, Jaci Miguel Scanagatta.

Ocupo esta tribuna para saudar, para parabenizar a justiça do Paraná, porque, efetivamente, é formada de homens sérios que são capazes de fazer com que se pratique aqui neste chão paranaense, a verdadeira justiça, tirando dos ombros daquele que nada deve, do cidadão ímpar, do grande administrador, do pai de família exemplar, aquela dor que muitas lágrimas fez correr pela sua face e pela face de seus familiares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, conheço muito bem a figura do Sr. Jaci Miguel Scanagatta, por isso, de modo algum, me sinto constrangido de vir aqui falar, pelo regozijo que me toma posse e vê-lo inocentado de um crime que ele jamais sequer tomou parte como mediante, como executor.

Louvo pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Tribunal de Justiça de nosso Estado, e acima de tudo, como Deputado, sinto já, agora, hoje, que dá perfeitamente uma dimensão da grandeza do nosso Judiciário.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Edgar Pimentel, é com atenção que ouço suas palavras em defesa de alguém que tenha ajudado muito o oeste paranaense. Muito especialmente, com a sua dinâmica, com a sua eficaz administração que fez em Cascavel e que todo o oeste conhece.

O ex-Prefeito Jaci Scanagatta, é sem dúvida alguma, homem inocente, nesta Casa. O que aconteceu, Srs. Deputados, foi sem dúvida nenhuma, grupos políticos-econômicos de Cascavel, que tentaram manchar a figura de um bom pai de família, de um exemplar empresário de nossa região, de um político que nasceu querendo construir Cascavel e o oeste paranaense.

Vossa Excelência, Deputado Edgar Pimentel, está de parabéns, porque escreve neste momento mais uma página da história do Oeste paranaense, que tentaram denegrir, mas que, na realidade, é uma história limpa, que o Jaci escreveu e muito bem administrou Cascavel, que é a Capital, sem dúvida, da nossa região oeste paranaense.

Muito obrigado, pelo aparte de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta Presidência comunica que está esgotado o seu tempo e lhe concede um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. EDGAR PIMENTEL — E concluindo, Sr. Presidente, colho o ensejo de, mais uma vez parabenizar os homens que ocupam o Tribunal de Justiça do Paraná, e parabenizo, por extensão, a família Scanagatta, por ter saído deste sufoco, que tantas lágrimas provocou.

Eu sempre digo e fecho aqui, a maior tristeza de uma pessoa é fazer chorar quem ela acalentou, e muitas pessoas que incriminavam o ex-Prefeito Jaci Miguel Scanagatta, eram exatamente pessoas que ao longo de seus tempos como empresário, sempre procurou servi-las, encaminhá-las em Cascavel, no Oeste e em todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/82, de autoria do Deputado RUBENS VALDUGA, que declara de utilidade pública o LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA, com sede e foro na Comarca e Município de Londrina. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o ESTÁGIO CRISTÃO DOS VELHOS DESAMPARADOS, com sede e foro no Município de Colombo. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. **Aprovado.**

Esta Presidência comunica ao Plenário que acabou de receber da Comissão encarregada da indicação do Sr. Maurício Fruet, para o cargo de Prefeito de Curitiba, o Ofício 03/83, que solicita do Sr. Primeiro Secretário faça a leitura do mesmo.

O SR. 1.º Secretário — (Lê):

“Ofício 03/83

Curitiba, 22 de março de 1983.

Senhor Presidente.

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial composta para apreciar a indicação do Sr. Deputado Maurício Roslindo Fruet, para o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba, tenho a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, nos termos da Resolução 02/66, de 05 de outubro de 1966, o presente Projeto de Resolução n.º 03/83, ex-Proposição n.º 39/83.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração,

(a) Deputado ERVIN BONKOSKI”

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta Presidência, com base na Resolução 266, no seu artigo terceiro, designa uma Sessão Especial para ser realizada às 10:00 horas da manhã, do dia 24, quinta-feira, para apreciação do nome do Sr. Deputado Maurício Fruet, para o cargo de Prefeito de Curitiba.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Queríamos dizer a Vossa Excelência, que foi com grata satisfação que ouvimos o nome do nosso ex-Colega de Assembléia, Deputado Maurício Fruet.

Queremos dizer desde já a Vossa Excelência, para que Vossa Excelência saiba que o nosso voto é pessoal, nosso voto de Deputado, que tem direito a este voto, de acordo com a vontade do povo do norte pioneiro, será a este grande Deputado Maurício Fruet.

E é com satisfação que vemos, no limiar de um Governo, o nome de Maurício Fruet para dirigir os destinos de Curitiba, como vemos também o nome do grande paranaense, Léo de Almeida Neves, à frente, dirigindo os destinos do conglomerado BANESTADO.

É uma satisfação para o Paraná ver Maurício Fruet para a Prefeitura, e Léo de Almeida Neves para o BANESTADO, que pelo menos é uma esperança aos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos

Srs. Governador do Estado e Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, no sentido de que seja efetuado o pagamento integral, por aquele órgão previdenciário, das despesas de assistência médico-hospitalar, efetuados pelos inativos e seus dependentes. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em forma de apelo, no sentido de que na proposta da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, seja mantido o Distrito Judiciário de Vera Guarani, na Comarca de Mallet. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja implantado o ensino de segundo grau nos distritos de Rancho Alegre e IV Centenário, no Município de Goioerê. — Em discussão.

O SR. RUBENS BUENO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja autorizado Aditivo contratual para serviços de terraplanagem e obra de arte na estrada alimentadora que liga os Distritos de Rancho Alegre, Município de Goioerê, ao Distrito de Privamera, Município de Juranda. — Em discussão.

O SR. RUBENS BUENO Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja determinada a construção de uma cancha de esportes, na Escola João Teotônio Neto, no Município de Moreira Salles. — Em discussão.

O SR. RUBENS BUENO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da EMOPAR, encarecendo medidas urgentes no sentido de ser reformada a Escola de Primeiro Grau João Teotônio Neto, no Município de Moreira Salles. — Em discussão.

O SR. RUBENS BUENO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República e Ministros da Fazenda e Planejamento, consubstanciado em apelo, visando reajuste para o preço mínimo do algodão da atual safra. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Deputado Federal, Maurício Fruet, Presidente do Comitê Nacional para a Autonomia dos Municípios - CONAM, solicitando a renúncia do seu cargo de Presidente. — Em votação.

O SR. ANIBAL KHURY — (Para encaminhar) Sr. Presidente,

parece-me que esse requerimento é anti-regimental. Nós vamos entrar numa área que não nos diz respeito. O gesto de renúncia é um ato unilateral de vontade.

Como Vossa Excelência está presidindo esta Casa, apelaria a Vossa Excelência que retirasse este requerimento e fizesse então, um apelo pessoal ao Deputado Maurício Fruet.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta Presidência retira este requerimento e diz que, mesmo com este requerimento, votará no futuro Prefeito de Curitiba, Maurício Fruet.

(É retirado o requerimento).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo, visando a reconstrução da ponte existente na estrada que liga os Municípios de Salto do Itararé a Carlópolis. — Em votação.

O SR. RUBENS BUENO — (Para encaminhar) Queremos em prestar o nosso total apoio ao requerimento de autoria do ilustre Deputado Ivan Gubert, e ao mesmo tempo informá-lo que, já entramos em contato telefônico com o Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, e o mesmo nos informou que as providências já estão sendo tomadas e que aquela rodovia, no mais breve espaço de tempo possível, será recuperada, com a reconstrução de uma ponte que já há muito tempo está em estado precário e sem nenhuma condição de rolamento pela rodovia que liga Carlópolis ao Município de Salto do Itararé.

Entretanto, o Secretário dos Transportes, já demonstrou sua preocupação e disse que, já no decorrer da próxima semana, uma equipe do Departamento de Estradas de Rodagem irá se deslocar àquela rodovia, para providenciar com urgência, a recuperação daquela ponte.

Muito obrigado.

O SR. IVAN GUBERT (Para encaminhar) — Sr. Presidente, eu, na manhã de hoje, entrei em contato com o Sr. Secretário dos Transportes, quando ele foi um pouco além do que disse o nobre Deputado.

Ele já encaminhou a equipe, soube agora, aqui, pelo Prefeito de Salto do Itararé, aqui presente, que já estão sendo feitos os levantamentos e a ponte, que rolou há quinze dias, exatamente, em função das chuvas, já está tendo o seu levantamento feito e com ceteza nos próximos dias, em função da palavra do Sr. Secretário dos Transportes, será reconstruída.

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Pelas informações mais precisas do ilustre Deputado Ivan Gubert, quero nesta oportunidade, requerer um voto de louvor pela atuação precisa e imediata do Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Em votação.

O SR. IVAN GUBERT — Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado, esta Presidência solicita do Deputado, baseado em qual artigo do Regimento?

Não é permitido encaminhar duas vezes a votação.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Para encaminhar) Sr. Presidente, há pouco ouvíamos de um dos ilustres Deputados da bancada do PDS, críticas ao Governo do Estado do Paraná que se instalou há oito dias, e agora, Sr. Presidente, vem à tona dentro desta matéria, e não vou dizer que estou fugindo na

mesma, vem à tona um fato que chama a nossa atenção.

O Deputado Ivan Gubert, está a requerer providência do Secretário de Estado recém-nomeado e recém-empossado, e qual não é a nossa alegria, quando o próprio autor do requerimento informa a esta Casa que já foi uma Comissão da Secretaria dos Transportes, para providenciar aquilo que o Deputado pretende.

É a demonstração do que será o novo Governo que se implantou no Estado do Paraná, pela vontade soberana do povo.

Somos favoráveis à matéria, Excelência.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o Sr. concedeu a palavra duas vezes ao Deputado Lúcio Machado. Eu poderia fazer uso, novamente?

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Regimentalmente esta Presidência não concede, e gostaria que o nobre Deputado compreendesse a posição desta Presidência.

SR. IVAN GUBERT — Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Vossa Excelência está agindo com parcialidade, visto que o Deputado Tadeu Lúcio Machado encaminhou a votação do requerimento.

Logo após o seu encaminhamento, usou da palavra o autor do requerimento, Deputado Ivan Gubert, e Vossa Excelência concedeu novamente a palavra a Tadeu Lúcio Machado e não concedeu ao Deputado Ivan Gubert.

Gostaria que Vossa Excelência presidisse esta Casa com imparcialidade, porque é isto o que o Regimento requer e é isto o que as nossas bancadas acreditam do PDS e do PMDB e entendem que Vossa Excelência dará continuidade do seu trabalho, nesta tarde, com imparcialidade.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Gostaria de informar ao nobre Líder do PDS que realmente a Presidência cometeu falha, mas é a primeira vez que está presidindo a sessão e, eventualmente, isto pode acontecer. Entretanto, esta Presidência procura, com imparcialidade, realmente presidir esta sessão.

Continua em discussão. Encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial de Sindicância, com o objetivo de comprovar e propor correções às anomalias eleitorais em certos municípios paranaenses, cujo número de eleitores é superior ao número de habitantes. - **Aprovado.**

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Antes porém, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, gostaria que a Presidência fizesse soar os tímpanos.

(Soam os tímpanos).

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada nominal 32 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação e para prosseguimento da sessão.

A Mesa irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) 25 Srs. Deputados votaram favoráveis. Nenhum votou contra. Não há “quorum” . . .

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — (Pela Ordem) Peço à Presidência que consulte o nobre Deputado Francisco Escorsin para saber se ele vota sim ou não, porque o Segundo Secretário não declarou o seu voto.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela Ordem) Solicito de Vossa Excelência que repita, por gentileza, quando da chamada nominal, quantos Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE — 32 Srs. Deputados. Acontece que a Presidência não pode obrigar o Deputado a votar na hora da votação. Ele pode responder à chamada e se retirar do plenário.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sem dúvida, Sr. Presidente. Requeiro nova chamada nominal para saber os Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta Presidência defere e solicita ao Primeiro Secretário que faça a segunda chamada.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Vamos fazer sanfona, chamar os Deputados outra vez.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem) Mesmo após a chamada nominal, quero que fique registrado em Ata os Deputados que responderam a presença e que não votaram.

O SR. PRESIDENTE — Está concedido. Solicito ao Primeiro Secretário que faça a chamada nominal.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela Ordem) Solicito que Vossa Excelência mande tocar a campainha, porque há muitos Deputados fora.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Deputado Trajano Bastos.

Deputado Nestor Baptista — Presente. Werner Wanderer — presente. Gernote Kirinus — Presente. Francisco Escorsin — Presidente. Dirceu Manfrinato — Presente. Fuad Nacli. Acyr Mezzadri. Adhail Sprenger Passos — Presente. Aírton Cordeiro. Amélia Hruschka. Anibal Khury - Presente. Antônio Anibelli — Presente. Artagão de Mattos Leão. Augusto Carneiro — Presente. Basílio Zanusso. Caíto Quintana — Presente. Djalma de Almeida César — Presente. Donato Gulin — Presente. Edgar Pimentel — Presente. Edmar Luiz Costa. Eduardo Baggio — Presente. Erondy Silvério. Ervin Bonkoski — Presente. Ezequias Losso. Ferrari Júnior — Presente. Fiori Luiz. Gabriel Manoel — Presente. Gabriel Sampaio. Gilberto Carvalho. Hermas Brandão — Presente. Homero Oguido — Presente. Irondi Pugliesi. Ivan Gubert — Presente. Jorge Maia Filho. José Antônio Fonseca — Presente. Leônidas Chaves. Luiz Alberto de Oliveira. Mário Almeida. Mário Pereira. Nelson Buffara. Nelson Vasconcellos — Presente. Nilso Sguarezi. Odeni Mongruel. Orlando Pessutti. Osvaldo Alencar Furtado — Presente. Paulo Furiatti. Péricles Pacheco. Quielse Crisóstomo. Roberto Requião — Presente. Rubens Bueno — Presente. Sabino Campos — Presente. Sérgio Spada — Presente. Tadeu França — Presente. Tadeu Lúcio Machado — Presente. Tércio Albuquerque — Presente. Toguio Setogutte — Presente. Wilson Fortes.

Segunda chamada: Trajano Bastos - ausente. Fuad Nacli — Ausente. Acir Mezzadri - Ausente. Amélia Hruschka - ausente. Artagão de Mattos Leão - ausente. Basílio Zanusso - Ausente. Edmar Luiz Costa - ausente. Erondy Silvério - Ausente. Ezequias Losso - Ausente. Fiori Luiz - Ausente. Gabriel Sampaio - Ausente. Gilberto Carvalho - Ausente. Irondi Pugliesi - Ausente. Jorge Maia Filho - Ausente. Leônidas Chaves - Ausente. Luiz Alberto de Oliveira - Ausente. Márcio Almeida - Ausente. Mário

Pereira. Ausente. Nelson Buffara - Ausente. Nilso Sguarezi - Ausente. Odeni Mongruel - Ausente. Orlando Pessutti - Ausente. Paulo Furiatti - Ausente. Péricles Pacheco - Ausente. Quielse

Crisóstomo - Ausente. Wilson Fortes - Ausente.
Responderam à chamada, 31 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Há “quorum” para votação.

Está em votação o requerimento.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência nos comunicasse que requerimento está sendo votado?

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está sendo votado o requerimento do nobre Deputado Tadeu França, que solicita informações . . .

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Dispense, Sr. Presidente. Mas gostaria que Vossa Excelência entendesse que é matéria vencida. Foi feita a chamada nominal e foi feita a verificação de votação e não tinha número.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência ainda não decidiu sobre a Questão de Ordem do Deputado Tércio Albuquerque, que se estriba no Artigo 84, parágrafo segundo: “não havendo número para votação, o Presidente anunciará a matéria a ser discutida. Mas logo que houver maioria legal, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra, a interromper o seu discurso, para proceder a votação.

Está em votação o requerimento.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Vossa Excelência chegou a dar o resultado da votação e por requerimento de um Deputado do PMDB para verificar se o Deputado Francisco Escorsin havia votado. Vossa Excelência deu o resultado. Eu entendo que a chamada nominal seguinte foi para o próximo requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Mas a Mesa tinha anunciado que não havia “quorum” para votação, quando foi pedido novamente a chamada nominal, e a Presidência concedeu. Foi feita nova chamada e agora deu “quorum”.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela Ordem. Só quero corroborar com a decisão de Vossa Excelência que inclusive quero agradecer, e dizer que Vossa Excelência tem razão. O SR. PRESIDENTE — Está em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — Aprovado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

26 Srs. Deputados aprovam e um Sr. Deputado rejeita. Não há “quorum” para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito para Explicações Pessoais.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvíamos nesta tarde atentamente o pronunciamento do Deputado Augusto Carneiro, apesar de nos increvermos duas vezes para apartear-lo, e fomos impedidos. Fomos impedidos segundo justificativa de Sua Excelência, dizendo que não havia mais tempo para apartes ao seu pronunciamento.

Desta forma, cumpre aqui duas ressalvas. Primeiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o Deputado Augusto Carneiro disse no seu pronunciamento proferido no dia da posse do Sr. Governador José Richa, aqui nesta Casa, ele falou que ali havia sido feito pronunciamento político partidário.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Sua Excelência o Deputado Augusto Carneiro, acostumado aos anos de arbítrio e de violência, não se acostumou ainda a ver um Poder realmente, na sua plenitude, quando o Deputado Trajano Bastos fez um pronunciamento naquela memorável tarde, em que o Governador José Richa tomava posse nesta Casa, ele o fez presidindo um poder constitucionalmente inserido nas legislações de nosso País.

Desta forma e como nos anos anteriores, os Governos que por aqui passaram, foram como simples delegados do Poder Central, indicados que foram pelo poder de Brasília e aqui tinham o respaldo subserviente das Bancadas da ARENA e do PDS.

Não se acostumaram a ver um Presidente de um Poder fazer um pronunciamento firme, viril, e agora tem que se acostumar...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Sr. Presidente, a Mesa não está constituída.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa informa que o Deputado já está vindo.

Continua com a palavra o nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — A Liderança do PDS também não acostuma aos bons modos e à boa educação desta Casa e também, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) O Deputado que está na tribuna está desrespeitando este Deputado que está na condição de Líder do Partido. E Vossa Excelência sabe que, regimentalmente, a sessão não pode prosseguir sem estar constituída.

Eu não quis desrespeitar Vossa Excelência, que me responde com desrespeito.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Peço a Vossa Excelência que me assegure a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Quando um Deputado solicita a palavra pela ordem, esta Presidência concede, mesmo durante o pronunciamento.

O SR. RUBENS BUENO — Quando Sua Excelência o Deputado Augusto Carneiro pronunciou-se a respeito da posse do Sr. Governador José Richa, nesta Casa, eu estava dizendo fez porque nos últimos anos nas posses dos Governadores anteriores a de José Richa, tal procedimento não acontecia.

Veja, Sr. Deputado Augusto Carneiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia da posse, no dia primeiro de fevereiro, em que os Deputados estaduais tomavam posse nesta Casa, o Presidente da Assembléia, eleito naquele dia, concedia o direito à Liderança do PDS e à Liderança do PMDB, de se pronunciarem, coisa que não acontecia nos últimos dezoito anos.

Desta maneira, o Deputado Trajano Bastos, ao fazer aquele pronunciamento no dia 15 de março, o fez representando um Poder, ao qual avalisamos na sua integralidade, a sua palavra.

De outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Augusto Carneiro se dirige ao Governador José Richa falando dos empregos de 17 a 20 mil servidores estaduais, que estariam na iminência de serem despedidos pelo atual Governo.

Quero ratificar aqui, Sr. Deputado, que naquele pronun-

ciamento, por um canal de televisão, questionado, inquerido por vários jornalistas do Estado do Paraná, de Curitiba, de Londrina, Maringá e Cascavel, ele respondeu afirmativamente, dizendo o seguinte: "aqueles que têm emprego eleitoreiro." aqueles que foram indicados para a administração pública, e que realmente não estavam trabalhando, na administração estadual, estes teriam que ter realmente revistas aquelas nomeações do ano de 82.

E além disso, Deputado Augusto Carneiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, disse Sua Excelência que assistia o programa de televisão, na entrevista com o Governador José Richa, já que é um assíduo telespectador; Sua Excelência deveria saber que o Secretário da Administração José Olímpio de Paula Xavier, fez o mesmo pronunciamento pouco antes da sua posse, também num canal de televisão, dizendo o seguinte: "que todos aqueles funcionários, não o pequeno funcionário, humilde funcionário, todos aqueles funcionários, "tubarões" que foram criados nos últimos 18 anos, todos aqueles que por influência de família, influência do poder viciado e discriminatório que se implantou no Estado do Paraná, teriam seus dias contados

E eu, no mesmo dia da minha posse, Sr. Deputado...
O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RUBENS BUENO — Em seguida, com muito prazer, nobre Deputado.

No dia em que eu também tomava posse nesta Casa, fui procurado por uma funcionária da Assembléia, e ela perguntou se era verdade que seriam despedidos funcionários da Assembléia. Eu disse que não, se ela era uma funcionária assídua e que tinha aqui na Assembléia junto aos seus colegas a admiração desta Casa, porque iríamos perseguir este ou aquele funcionário. Mas disse também àquela funcionária, de que aqueles funcionários "fantasmas" da Assembléia seriam procurados com rigor pela atual administração. Esse é um compromisso de campanha política, isto está inserido na moralidade administrativa de que Richa tanto falou na sua campanha e que o PMDB avalia na sua integridade.

Ouçó, com prazer, o aparte do nobre Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Antes de mais nada, agradeço a Vossa Excelência por me conceder este aparte, quando, na verdade, por exigüidade do tempo, não o concedi a Vossa Excelência, o que peço escusas, e quero dizer que não esperava mesmo a concordância de Vossa Excelência com o meu pronunciamento, porque traduzia um pensamento meu, de Deputado da Oposição hoje e que, conseqüentemente, ferem princípios e idéias de Vossa Excelência.

Quero dizer que quando Vossa Excelência atribui que o ilustre Presidente desta Casa não fez um pronunciamento de abertura, não de arbítrio, o meu entendimento é exatamente o contrário, porque quando falei que os Presidentes deste Poder sempre se manifestaram de uma forma soberana, é a praxe mantida há tantos anos nesta Casa, quando o Presidente, nesta condição, se pronuncia, ele fica aquém de partidos políticos; ele representa todos os partidos políticos que tenham assento nesta Casa. Por isso, o arbítrio, no meu entendimento, foi cometido, porque ele falou numa linguagem de partido, esquecendo que ele representava também o nosso pensamento, porque nós, inclusive por unanimidade, referendamos o seu nome para ser o representante oficial deste Poder.

Então, por isso, foi o meu alerta, para que o Presidente desta Casa seja sempre soberano e nunca parcial. Na verdade, na hora em que está assentado na mesa da Presidência, ele não pode ter cor partidária; tem que estar na soberania das decisões deste Poder, no seu todo.

E digo mais, com referência aos empregos, quando ouvi, Vossa Excelência referiu-se dizendo que sou um assíduo telespectador, quero dizer que não é verdade.

Infelizmente, Vossa Excelência sabe que nós, Parlamentares, muitas vezes não dispomos de tempo para sermos assíduos telespectadores. Estava assistindo este programa da entrevista do Sr. Governador de nosso Estado, porque acho que é um dever de todo paranaense, saber o que futuro Governador tinha a dizer ao nosso povo, quais os planos de ação que ele tinha para apresentar concretamente, para tranquilizar os anseios deste Paraná sofrido.

Então, por isso, eu estava presente, que assisti e assisti com atenção e também verifiquei que o então Governador disse que iria colocar na rua — fez referências como Vossa Excelência afirma aqui — cargos que ele considerava eleitorais, que foram contratados no ano de 82. Mas, já afirmei da tribuna, e reitero aqui que estas contratações foram feitas na área da segurança e da saúde. São duas funções que eu acho difícil que um homem que tenha bom-senso, possa exonerar todas essas pessoas.

Desculpe, se tomei o seu tempo.

Obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte do nobre Deputado, afirmando o seguinte: não foram só nessas duas áreas, nobre Deputado. Outras áreas.

Por exemplo, a COPEL, no ano passado, contratou trinta advogados exatamente num ano eleitoral, para fazer campanha dos Srs. Parlamentares do PDS. Não só também esta área, nobre Deputado. Foi criada uma Secretaria, uma super-Secretaria, a nível estadual, para dar guarida a esses empregos, a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios. O Sr. Augusto Carneiro — Essa Secretaria, o Governo de Vossa Excelência já extinguiu, o que aliás, fez bem nisso.

O SR. RUBENS BUENO — Nobre Deputado, fizemos ainda numa última reunião em que Vossa Excelência estava presente na região de Campo Mourão, e ali discutimos exatamente o problema do empreguismo no Paraná, quando denunciávamos que foram transferidos para o Estado do Mato Grosso, Distrito Federal, para outros Estados do País, muitos professores, com ônus para o Estado do Paraná.

São professores que saem do Paraná sustentados com o dinheiro do povo paranaense, para prestar serviços a outros Estados, nos quais não temos interesses.

Agora há de se perguntar: nessa transferência desses professores a outros Estados, será que não tem interesse das empresas dos homens do Governo que lá têm? Das grandes propriedades que lá no Mato Grosso existem, em Rondônia, no Pará?...

Vossa Excelência ainda se esquece que existe o famoso IPARDES, um cabide de emprego dos diversos órgãos públicos o Estado do Paraná, contratados a peso de outro.

E quem é que criou isso no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados? O General Ney Aminthas de Barros Braga.

O General Ney Braga criou no Paraná a maior estrutura de empregos viciados na função pública. E o grande exemplo que aí está: são quase trinta familiares seus que estavam nas altas funções da Administração Pública.

Concedo pela ordem, aparte ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado. Em seguida, concederei a Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Nobre Deputado Rubens Bueno, quando o Deputado Augusto Carneiro disse que o Presidente desta Casa, deste Poder, deixou de lado a soberania que representa a Presidência do Legislativo, somos obrigados a discordar.

O Presidente Trajano Bastos não fez outra coisa senão lutar, gritar e brigar pela volta das prerrogativas ao Poder Legislativo. E quando falou, não falou só em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; ele falou em nome de todos os partidos que tiveram e que têm assento nesta Casa. Não temos mais o Poder valorizado e queremos de volta a valorização deste Poder; e esta valorização foi cassada a partir de 1964, quando os Deputados não tinham função específica nenhuma; quando legislar matéria que crie despesa para o Executivo foi proibida pela atual legislação.

Ora, nós precisamos de volta, urgente, das nossas prerrogativas e essas só voltarão, com a redemocratização, e, fez, o Presidente deste Poder, da sua voz, a voz de todos os Parlamentares empenhados na valorização do Legislativo, na valorização do Deputado. Por isto, acho que, o PDS não foi ofendido pelas palavras do Deputado Trajano Bastos, porque, a partir da hora que nós tivermos reconquistadas as nossas prerrogativas, não seremos nós, somente os Deputados do PMDB que as terão, mas, todos os Deputados com assento neste Poder, tanto os do PDS, quanto os do PMDB.

Quanto ao problema do emprego, neste Estado, nós soubemos das medidas urgentes tomadas pelo Governador, com a extinção de duas Secretarias de Estado com a extinção de várias Diretorias, com um único objetivo — o de diminuir as despesas e para que, depois, possamos dar aumento semestral ao trabalhador do Estado do Paraná, esse aumento proposto pelo PDS no fim de sua vigência como Maioria e que, agora, será uma conquista do PMDB, por causa das medidas de justiça que o Governador José Richa vem tomando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência quer alertar o nobre Deputado que se encontra na tribuna, que esgotou o seu tempo, e baseado no artigo 88, parágrafo 2.º, que diz o seguinte: “A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra para Explicações Pessoais por mais de uma vez, e se demorar na tribuna por mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.”

Esta Presidência consulta se Vossa Excelência quer usar a tribuna, por mais quinze minutos?

O SR. RUBENS BUENO — Requeiro a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedidos a Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço de coração, a Vossa Excelência, e diria que, problema de terras, de latifúndios, Vossa Excelência veja a sociedade que existe — talvez honesta — entre um dos Secretários, o Sr. Simoneão, e o atual Governador do Estado; terras lá do Acre, do Ceará, não sei de onde, que, se Vossa Excelência quiser ou necessário for, traremos certidões. Em dezoito anos — dizia Vossa Excelência, nessa euforia de sua juventude, a qual eu muito respeito — quantos e quantos companheiros de Vossa Excelência não fazem parte dessa clã, Deputado Rubens Bueno, no complexo do Governo passado? Quantos e quantos companheiros de Vossa Excelência não usufruíram desses cargos que Vossa Excelência tanto fala, do General Ney Braga? Vossa Excelência fala no latifúndio, Vossa Excelência fala, nobre Deputado, talvez por sua inocência, por sua boa fé. Sei perfeitamente que o Governador José Richa, com o seu dinheiro, comprou terras no Acre, de sociedade com um dos seus Secretários, deste Governo, Governo que haverá de ser um messianismo. Se Vossa Excelência desejar, trarei aqui, as certidões. Vossa Excelência peca ao julgar todos, indistintamente, ao julgar a Bancada do PDS que temos a honra de representar, Vossa Excelência sabe, eu, como Deputado “jacu” do interior, nunca tive ninguém, a não ser os meus amigos, para me proteger. Agora, por favor, não fale mais em negócio de terras, não fale mais em negócios escusos porque, do

contrário, Vossa Excelência haverá de vir a esta tribuna, para pedir desculpas aos seus companheiros. Eu vou dizer a Vossa Excelência: o ilustre Governador José Richa é um dos maiores latifundiários, em sociedade com um homem que foi contra o seu irmão — um dos maiores latifundiários! E, se Vossa Excelência me desmentir, deixo aqui o meu mandato, hoje, e vou trazer as certidões a Vossa Excelência! Não, que isto seja desonesto, não, que ele o tenha feito, por desonestidade! Respeito o seu interesse de sobreviver, mas saiba Vossa Excelência, que nós temos conhecimento das coisas, e a Bancada do PDS, Deputado Rubens Bueno, não haverá de escutar balelas de moços que nem Vossa Excelência que, com respeito...

O SR. RUBENS BUENO — Veja Vossa Excelência que, eu, com paciência, estou escutando o aparte de balelas de Vossa Excelência, com paciência!

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência fala em latifúndio, mas primeiro, veja, Sr. Deputado, o latifúndio improdutivo que tem o Governador do Estado.

O SR. RUBENS BUENO — O nobre Deputado Gabriel Manoel ao fazer o seu aparte, investe contra o Senhor Governador José Richa, contra outros nomes da administração estadual. De nossa parte, fizemos valer e provar e o Deputado Augusto Carneiro é testemunha disso, fizemos a publicação dos documentos, — “A Folha de São Paulo”, no mês de setembro, dia 14-09-82, publicou os documentos que fizemos a denúncia, de que funcionários do Estado do Paraná, ...

O Sr. Gabriel Manoel — ... Quantos mil...

O SR. RUBENS BUENO — Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que assegure-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com a palavra o ilustre Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Nesta denúncia que fizemos com documentação, o Deputado Augusto Carneiro que é da nossa região de Campo Mourão sabe disso e não a contestou, de que funcionários do Estado do Paraná estavam no Estado do Mato Grosso, segundo Decreto do Sr. Governador Hosken de Novaes, prestando serviço àquele Estado com ônus para o Paraná e com o detalhe, estava lá para ser “testa de ferro” de negociatas de terras no Estado do Mato Grosso. Foi isso o que eu quis dizer. Ser latifundiário ou não ser latifundiário não é pecado para ninguém.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Aqui tenho acostumado a ouvir, especialmente quando os novos Deputados assumem à tribuna, a pecha de que você é moço, você é jovem. Acho que os novos Deputados podem até ser inexperientes, só não são bobos. Nenhum. Tanto é verdade que Vossa Excelência está se conduzindo de maneira extraordinária da tribuna desta Casa e pediu exatamente Explicações Pessoais para responder ao discurso proferido pelo ilustre Deputado Augusto Carneiro, que, pelo tempo que ele tinha para usar da palavra, não lhe concedeu o aparte, não lhe pôde conceder, como também, não me concedeu.

Além daquilo que Vossa Excelência diz, dizia o Deputado Augusto Carneiro que o PMDB não pode voltar, não pode recuar no tempo para trazer denúncias a esta Casa, como tem trazido, de fatos praticados no Governo do PDS.

Parece-me que há uma preocupação da Bancada do PDS em que a Bancada do PMDB transforme-se numa bancada simplesmente governista, numa bancada que fique posta de joelhos ou de cócoras, a apoiar o Governo que se instalou no Paraná.

Indiscutivelmente vamos apoiar este Governo, porque acreditamos nele, porque o apoiamos, votamos neste Governo, “botamos fé” nele. Agora de uma coisa, Sr. Deputado, de uma coisa não vamos abrir mão, não vamos abrir mão de trazer sempre para esta Assembléia, de trazer sempre para esta tribuna ou para este microfone de aparte, os desmandos praticados, em tantos anos, no Paraná e no Brasil.

Fala-se em discurso eleitoreiro, como se Vossa Excelência

estivesse a fazer um discurso eleitoreiro. Ora, acho que a atribuição do Deputado é falar sobre o que bem entende, porque ele tem satisfações a dar a uma grande comunidade que o trouxe a esta Casa e o PMDB não vai abrir mão dessa prerrogativa e nem deve..

Conclamo os companheiros da Bancada do PMDB para que tragam o passado; o passado precisa ficar vivo nesta terra, para que o mau exemplo não seja seguido, para que uma mudança realmente ocorra no Estado do Paraná, nobre Deputado.

Vamos continuar, nesta posição, Excelência, trazendo os erros do passado, porque eu já dizia um dia destes: “Os monstros também passam para a História, Excelência”, e digo mais, “Pau de arara no lombo de quem mandou dar”.

Obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Concedo o aparte pela Ordem, ao Sr. Deputado Anibal Khury.

O Sr. Anibal Khury — Nobre Deputado Rubens Bueno, sou um grande admirador e amigo do Deputado Gabriel Manoel. E, não creio que essa informação que ele tenha prestado a esta Casa tenha sido feita de má fé, porque um homem como Gabriel Manoel, do interior, é um homem sincero. Talvez, ele tenha ouvido alguém falar sobre essa pseudo-propriedade de terras do Governador Richa, no Maranhão.

Não é verdade. O Governador segundo eu sei, não tem alqueire algum de terra e é um homem corretíssimo e honesto. Quanto ao Secretário Simião, ele é proprietário de uma colonizadora que isso não o desonra porque é a profissão dele. Só queria fazer essa ratificação para alertar o Deputado Gabriel Manoel, para que não confunda “alhos com bugalhos”.

O SR. RUBENS BUENO — Muito obrigado, nobre Deputado Anibal Khury, e ouço com prazer o Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Rubens Bueno, ouvi com atenção parte de seu pronunciamento, e gostaria que Vossa Excelência tomasse um pouco de cuidado com suas palavras quando se refere a funcionários do Paraná à disposição de outros Estados. Isto é um direito assegurado pela Constituição.

Há muitos funcionários do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de outros Estados brasileiros à disposição do Governo paranaense, sem ônus para o Paraná, como também, há funcionários do Paraná à disposição de outros Estados, sem ônus para os Estados em que eles estão. O próprio artigo 68, da Constituição assegura o direito da esposa acompanhar o seu marido quando transferido de Estado para Estado...

O SR. RUBENS BUENO — Funcionário Público Federal, Deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque — E Vossa Excelência sabe disso. Deputado, não acredito que haja funcionários do Paraná à disposição de outros Estados por má fé, não acredito. Porque conheço o Governador que Vossa citou, Hosken de Novaes, que, não queria sequer atender os pedidos dos que vinham à disposição de outros Estados sem ônus para o Paraná, quanto mais para funcionários nossos. A não ser no caso específico que a lei assegura. Era esse o reparo. Vossa Excelência está indo brilhantemente.

O SR. RUBENS BUENO — Deputado Tércio Albuquerque, quando Vossa Excelência fala e cita a Constituição no que se refere ao direito de transferência do funcionário público federal, estadual e até municipal, nós temos pleno conhecimento, Sr. Deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Não disse que Vossa Excelência não tinha.

O SR. RUBENS BUENO — Vossa Excelência quis dizer isso, nobre Deputado.

Gostaria de complementar dizendo que o administrador quando realmente prega a moralidade pública, a austeridade administrativa, ele não pode deixar que um funcionário, às ex-

pensas de um Estado, sirva outro Estado da Federação. Com agravante, Sr. Deputado, que já disse aqui e reafirmo, está lá para servir de "testa de ferro de grandes latifundiários". E, quando fui aparteado que esse ou aquele é latifundiário, lembro bem a Bancada do PDS, que o maior latifundiário deste País são as multinacionais que o PDS sempre, subservientemente, aquiesceu.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada — Nobre Deputado, pretendia também, fazer um aparte ao orador do qual hora Vossa Excelência se refere.

Mas, causa-me espécie, quando percebemos e ouvimos os argumentos da Bancada Pedessista que refuta, que sente até mesmo ojeriza quando subimos a esta tribuna e tratamos de problemas nacionais. Quando denunciávamos casos escandalosos, como todos estes casos que vêm sendo denunciados pela grande imprensa nacional, do Estado.

Neste momento, até pensamos, será que estes problemas, como esta tirada de 10% do aumento do salário-mínimo, do aumento sobre o INPC do salário-mínimo não afeta também o trabalhador do Paraná?

Será que o salário-mínimo, que é um salário de fome, que é ganho lá no Nordeste, não é o mesmo salário-mínimo que é ganho aqui no Estado do Paraná?

Será que o preço da gasolina que é pago no Nordeste, não é pago pelo povo paranaense?

Pergunto porque não podemos levar estes argumentos à esta tribuna?

Problemas nacionais também afetam o povo do Estado do Paraná. Afetam o povo do mais longínquo Distrito do Estado do Paraná. E nós temos o dever e o compromisso de trazê-los à esta Casa e denunciá-los. Isto continuaremos fazendo e refutando, com veemência, a taxação de nossos argumentos, como sendo meras perfumarias, linguagens eleitoreiras.

Deixo firme a minha posição nesta Casa. Continuarei trazendo este tipo de problema, até o final de meu mandato.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte do Deputado Sérgio Spada e concedo ao Sr. Deputado Augusto Carneiro, mais uma vez, apesar de não ter sido feliz quando Vossa Excelência se encontrava na tribuna.

O Sr. Augusto Carneiro — Agradeço nobre Deputado, companheiro de Região. Peço este aparte e procurarei ser breve. Quero apenas citar que com referência aos cargos ocupados por funcionários do Governo do Estado, em outros Estados, para eu que já milito na política há alguns anos, é uma praxe perfeitamente realizada entre os Governos. Não só o Paraná tem funcionários no Mato Grosso, como tem funcionários em São Paulo, no Rio Grande do Sul, como funcionários daqueles Estados, também estão aqui no Paraná, por solicitação e entendimento havido entre todos os Srs. Governadores do Estado.

Este é um problema de que eu, na oportunidade em que Vossa Excelência levantou este problema, concordei e principalmente no Magistério existem muitos funcionários que estão à disposição de Governos; é praxe adotada por todos os Governos. Se merece ser mudado, não estou em desacordo com esta mudança, porque o meu pensamento pessoal, também é igual ao de Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência informa que esgotou o tempo regulamentar e concede um minuto para conclusão.

O SR. RUBENS BUENO — Ao finalizar quero agradecer ao Sr. Presidente e Srs. Deputados afirmando que o nosso programa de partido, que as orientações que temos da luta que, ao longo dos anos, lutamos firmes, tenho a certeza absoluta — para infelicidade e para o desagrado de alguns homens do PDS — estaremos aqui para dar ao povo do Paraná a austeridade e a moralidade que o povo tanto reclama.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 132 e 137/82.

Levanta-se a Sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

DECRETO LEGISLATIVO N.º 171/83

I — exonerar OSCAR TOMIO OCHIRO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Homero Oguido, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 143, item II, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos);

II — prover JOSÉ VAGNER DA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Homero Oguido; e,

III — autorizar o mencionado funcionário a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 1761/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/03/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 172/83

exonerar RUBENS BOSCHI MAIA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Wilson Fortes, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 232/82, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 1630/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 173/83

I — prover MARIA DE LURDES TONI FORTES, para exercer o cargo em Comissão símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Wilson Fortes; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 1630/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 174/83

I — prover TAKASHI KANASHIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 1810/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 175/83

I — prover ANDIARA DE FREITAS GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Arleir T. Ferrari Júnior; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na

conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 1811/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 176/83

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 80/81, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Presidência, o funcionário JOGUIBE MANSUR, matrícula n.º 312, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — designar ARLETTE BELMONT ZEBALLOS, matrícula n.º 235, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. 1531/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 177/83

designar ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula n.º 045, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do PDS, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. 1318/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 178/83

I — designar LUIZ LOSSO, matrícula n.º 077, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens, inerentes ao cargo;

II — designar MARINA CUNHA MARTINS, matrícula n.º 597, ocupante do cargo de Assessor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo;

III — designar WILSON KAIEL, matrícula n.º 436, ocupante do cargo de Consultor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. 1362/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 179/83

atribuir ao funcionário FRANCISCO TABORDA RIBEIRO, matrícula n.º 375, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2.ª Vice-Presidência. (Protoc. 1502/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 180/83

autorizar CELINA RABELO MESQUITA EBERLE, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, a partir de 1.º de março de 1983. (Protoc. 1458/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 181/83

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 056/82, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário ODIR GOMES DA ROCHA, matrícula n.º 318, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 175/82, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário JOÃO MARIA SERPA, matrícula n.º 070, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

III — revogar o item IV, do Decreto Legislativo n.º 355/80,

designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário ATTILIO PEREIRA DE LIMA, matrícula n.º 478, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1573/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 182/83

I — designar ANTONIO CARLOS SANTOS DE LACERDA, matrícula n.º 603, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo;

II — designar EDMIR ENÉZIO DA SILVA, matrícula n.º 498, ocupante do cargo de Assessor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo;

III — designar IZOLLA GLISTAU BARRICHELO, matrícula n.º 207, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. 1573/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 183/83

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 80/82, que designou para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, o funcionário CARLOS AUGUSTO FERNANDES, matrícula n.º 116, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário para exercer o cargo de Assessor de Gabinete da 1.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. 1707/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22/03/83

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 184/83

I — revogar o item III, do Decreto Legislativo n.º 365/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Protocolo, a funcionária IGLAIR SMANIOTTO, matrícula n.º 298, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 255/82, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Licitação, do Departamento Administrativo, o funcionário SÉRGIO ZACARIAS, matrícula n.º 406; e,

III — designar o mencionado funcionário para exercer as funções de Chefe da Divisão de Serviços Gerais, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 185/83

revogar o Decreto Legislativo n.º 239/80, na parte que se refere à funcionária GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula n.º 262, ocupante do cargo de Assistente de Comissão B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou a mesma para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do PTB.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 186/83

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 398/81, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Cadastro de Pessoal do Departamento de Pessoal, a funcionária LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula n.º 422, ocupante do cargo de Secretário de Comissão B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar a mencionada funcionária para exercer as

funções de Chefe da Seção de Administração de Cargos e Vencimentos, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes;

III — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 152/83, que designou RENÊ VASCO GARCIA, matrícula n.º 429, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Regime Legal, do Departamento de Pessoal; e,

IV — designar o mencionado funcionário para exercer as funções de Chefe da Divisão de Cadastro de Pessoal, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 187/83

I — revogar o item III, do Decreto Legislativo n.º 152/83, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, o funcionário VALDICIR NASSAR, matrícula n.º 412, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o funcionário acima citado, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Regime Legal, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo;

III — designar NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula n.º 595, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 188/83

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 04/83, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Patrimônio, do Departamento Administrativo, o funcionário ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula n.º 388;

II — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 041/82, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Serviços Gerais, do Departamento Administrativo, o funcionário JANDYR NARDIN, matrícula n.º 162;

III — designar o funcionário ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula n.º 388, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Protocolo, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes;

IV — designar JANDYR NARDIN, matrícula n.º 162, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Patrimônio, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 189/83

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 248/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Controle e Programação, do Serviço de Processamento de Dados e Telex, o funcionário ELEOVAN CESAR RIBEIRO, matrícula n.º 373;

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 537/78, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção Administrativa de Pessoal, do Departamento de Pessoal, a funcionária CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, matrícula n.º 416, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

III — designar a funcionária acima mencionada, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Controle e Programação, do Serviço de Processamento de Dados e Telex, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 190/83

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 259/80, na parte que se refere ao funcionário OSVALDO MARQUES, matrícula n.º 380, que designou o mesmo para exercer as funções de Chefe

da Divisão de Documentação, do Departamento Administrativo;

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 317/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Arquivo, do Departamento Administrativo, a funcionária MARIA DOLORES TÚLIO BARVIK, matrícula n.º 218, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

III — designar a mencionada funcionária para exercer as funções de Chefe da Divisão de Documentação, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 191/83

I — revogar o item IV, do Decreto Legislativo n.º 335/81, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle de Material, do Departamento Administrativo, o funcionário OSVALDO FARIAS, matrícula n.º 345;

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 157/77, na parte que se refere a funcionária LUIZA ZACK VIANTE, matrícula n.º 213, que designou a mesma para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Presidência; e,

III — designar a mencionada funcionária para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 192/83

I — designar JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n.º 419, ocupante do cargo de Consultor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Licitação, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes;

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 259/80, na parte que se refere ao funcionário JONAS DE SOUZA PORTO, matrícula n.º 514, que designou o mesmo para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete, do Departamento Administrativo;

III — revogar o Decreto Legislativo n.º 243/77, na parte que se refere à funcionária EUTHÁLIA MARTINS DA SILVA, matrícula n.º 245, que designou a mesma para exercer as funções de Chefe da Seção de Consumo, do Departamento Administrativo;

IV — designar o funcionário JONAS DE SOUZA PORTO, matrícula n.º 514, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Consumo, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/03/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA N.º 150/83

I — revogar o item II, da Portaria n.º 16/83, que designou para prestar serviços no Departamento Administrativo, o funcionário contratado deste Poder, WALTER SPENA DE MACEDO; e,

II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços no Departamento Legislativo;

III — revogar o item II, da Portaria n.º 71/83, que designou para prestar serviços no Departamento Administrativo o funcionário MARCELLO ELIAS CHUCHENE, contratado deste Poder; e,

IV — designar o mencionado funcionário para prestar serviços no Departamento Legislativo, junto a Divisão de Redação de

Debates e Diário da Assembléia;

V — revogar a Portaria n.º 562/79, que designou NILZA MARIA DE OLIVEIRA BENEVIDES, contratada deste Poder, para prestar serviços no Departamento de Pessoal;

IV — designar a mencionada funcionária para prestar serviços no Departamento Legislativo. (Protoc. 1775/83)

PORTARIA N.º 151/83

designar TEREZINHA MALTAURO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Acir Mezzadri, até 31 de dezembro de 1983. (Protoc. 1559/83)

PORTARIA N.º 152/83

designar VIVIAN SCHMITT MALLMANN, funcionária contratada deste Poder, pela Resolução n.º 71/80, para prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel, a partir de 15 de março de 1983.

(Protoc. 1527/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de março de 1983
(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral